

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| PREFÁCIO | 5 |
| LAURA SCHERTEL MENDES | |
| LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS..... | 9 |
| INTRODUÇÃO | 17 |
| CAPÍTULO 1. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA FINALIDADE DIANTE DA IDENTIFICAÇÃO DE DADOS DE SAÚDE | 25 |
| 1.1. CATEGORIA DE DADOS SENSÍVEIS, CONCEITO DE SAÚDE E DELIMITAÇÃO DO CONCEITO DE DADOS PESSOAIS DE SAÚDE..... | 25 |
| 1.1.1. Categoria de dados sensíveis e conceito de saúde..... | 25 |
| 1.1.1.1. A categoria de dados pessoais sensíveis e o regime legal aplicável..... | 25 |
| 1.1.1.2. O conceito ampliado de saúde na legislação brasileira | 30 |
| 1.1.1.3. Definições legais e exemplos de dados de saúde na legislação internacional | 32 |
| 1.1.1.3.1. No âmbito do GDPR..... | 33 |
| 1.1.1.3.2. No âmbito do HIPAA | 35 |
| 1.1.1.4. Breve comparação entre legislação brasileira e internacional..... | 35 |
| 1.1.1.5. Conceito de dados de saúde e contexto profissional médico..... | 36 |
| 1.1.1.5.1. Contexto profissional médico | 36 |
| 1.1.1.5.2. Fora do contexto profissional médico | 38 |
| 1.1.2. Delimitação do conceito de dados de saúde | 40 |
| 1.1.2.1. Conteúdo | 41 |
| 1.1.2.2. Propósito | 41 |
| 1.1.2.3. Resultado | 42 |
| 1.1.2.4. Dados fora do escopo do conceito de dado de saúde | 42 |
| 1.1.3. Conclusão preliminar | 43 |

| | | |
|--|--|----|
| 1.2. | ANONIMIZAÇÃO E DADOS NÃO PESSOAIS | 44 |
| 1.2.1. | Conceitos legais de anonimização e dados anonimizados..... | 44 |
| 1.2.2. | Riscos de reidentificação | 47 |
| 1.2.3. | Conclusão preliminar | 49 |
| CAPÍTULO 2. PRINCÍPIO DA FINALIDADE: EVOLUÇÃO, LIMITAÇÃO DA FINALIDADE E TRATAMENTO POSTERIOR..... | | 51 |
| 2.1. | EVOLUÇÃO DO PRINCÍPIO DA FINALIDADE: LEGISLAÇÕES E NORMATIVAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS..... | 51 |
| 2.1.1. | Nacional | 52 |
| 2.1.1.1. | Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e Marco Civil da Internet | 53 |
| 2.1.1.2. | Discussões no âmbito do projeto de lei da LGPD | 55 |
| 2.1.2. | Internacional..... | 58 |
| 2.1.2.1. | Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia..... | 59 |
| 2.1.2.2. | Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico | 60 |
| 2.1.2.3. | Conselho da Europa | 61 |
| 2.1.2.4. | Espaço Europeu de Dados de Saúde..... | 64 |
| 2.1.2.5. | Health Insurance Portability and Accountability Act | 66 |
| 2.1.2.6. | Legislação canadense..... | 67 |
| 2.1.3. | Conclusão preliminar | 68 |
| 2.2. | LIMITAÇÃO DA FINALIDADE: PRIMEIRA ETAPA DE ANÁLISE DO PRINCÍPIO DA FINALIDADE | 71 |
| 2.2.1. | Elementos constitutivos da limitação da finalidade..... | 74 |
| 2.2.1.1. | Propósito legítimo | 74 |
| 2.2.1.2. | Propósito específico | 77 |
| 2.2.1.3. | Propósito explícito e informado | 81 |
| 2.2.2. | Limitação da finalidade pelo Poder Público..... | 86 |
| 2.2.2.1. | Finalidade pública e interesse público..... | 87 |
| 2.2.2.2. | Finalidade pública e finalidade do tratamento | 88 |
| 2.2.2.3. | Políticas públicas | 91 |
| 2.2.3. | Inovação e princípio da finalidade: dilema entre o modo de funcionamento de tecnologias inovadoras baseadas em dados e a limitação da finalidade | 93 |
| 2.2.3.1. | Expectativas comuns..... | 95 |

| | | |
|------------|---|-----|
| 2.2.3.2. | Expectativas razoáveis..... | 95 |
| 2.2.3.3. | Características do tratamento | 98 |
| 2.2.3.4. | Princípio da finalidade como um alicerce para a proteção de dados e parâmetros para sua compatibilização com a inovação | 99 |
| 2.2.4. | Relação entre a limitação da finalidade e os princípios da adequação e da necessidade | 99 |
| 2.2.4.1. | Princípio da adequação | 100 |
| 2.2.4.2. | Princípio da necessidade..... | 101 |
| 2.2.5. | Conclusão preliminar | 104 |
| 2.3. | TRATAMENTO POSTERIOR E COMPATIBILIDADE DO TRATAMENTO: SEGUNDA ETAPA DE ANÁLISE | 106 |
| 2.3.1. | Relação entre tratamento posterior e uso secundário | 109 |
| 2.3.1.1. | Conceito de uso secundário | 110 |
| 2.3.1.1.1. | Entendimentos da doutrina | 110 |
| 2.3.1.1.2. | Orientações da ANPD | 111 |
| 2.3.1.1.3. | Orientações do EDPB | 112 |
| 2.3.1.1.4. | Conceito adotado pelo EHDS..... | 113 |
| 2.3.1.2. | Conceito de tratamento posterior | 115 |
| 2.3.1.2.1. | Tratamento posterior como atividade subsequente | 115 |
| 2.3.1.2.2. | Tratamento posterior como tratamento para propósito distinto | 117 |
| 2.3.1.2.3. | Identificação de situações envolvendo tratamento posterior | 118 |
| 2.3.1.3. | Ambiguidades do conceito de uso secundário e preferência do tratamento posterior | 120 |
| 2.3.2. | Compatibilidade do tratamento posterior: elementos de análise | 123 |
| 2.3.2.1. | Análise de compatibilidade..... | 125 |
| 2.3.2.1.1. | Contexto e circunstâncias relevantes do caso concreto | 126 |
| 2.3.2.1.2. | Relação entre o propósito original e o propósito do tratamento posterior..... | 127 |
| 2.3.2.1.3. | Natureza dos dados pessoais..... | 127 |
| 2.3.2.1.4. | Expectativas dos titulares..... | 128 |
| 2.3.2.1.5. | Impactos aos direitos dos titulares | 130 |
| 2.3.2.1.6. | Finalidade pública e interesse público do tratamento posterior | 132 |

| | | |
|---|---|-----|
| 2.3.2.2. | Finalidades de pesquisa e compatibilidade presumida..... | 134 |
| 2.3.2.3. | Anonimização como tratamento posterior | 139 |
| 2.3.2.4. | Papel da análise de compatibilidade e seus desdobramen- tos | 141 |
| 2.3.3. | Bases legais para o tratamento posterior..... | 141 |
| 2.3.3.1. | Para o tratamento posterior compatível..... | 142 |
| 2.3.3.2. | Para o tratamento posterior incompatível | 142 |
| 2.3.3.3. | Bases legais relacionadas às pesquisas clínicas..... | 144 |
| 2.3.3.3.1. | Bases legais para propósitos primários do tratamento em pesquisas clínicas | 144 |
| 2.3.3.3.2. | Tratamento posterior para fins de seleção e recrutamento para pesquisas clínicas | 148 |
| 2.3.4. | Conclusão preliminar | 150 |
| 2.4. | COMPATIBILIDADE DO TRATAMENTO POSTERIOR E TEORIA DA INTEGRI- DADE CONTEXTUAL | 152 |
| 2.4.1. | A teoria da integridade contextual segundo Helen Nissenbaum | 153 |
| 2.4.2. | Parâmetros de aplicação da integridade contextual..... | 155 |
| 2.4.2.1. | Identificação das normas informacionais do contexto a partir de três elementos: ator, tipo de informação e princípio de transmissão | 155 |
| 2.4.2.2. | Análise sobre a adequação do fluxo de informações com base em valores e interesses sociais | 157 |
| 2.4.3. | Privacidade no contexto da saúde e saúde digital | 159 |
| 2.4.4. | Conclusão preliminar | 163 |
| CAPÍTULO 3. APLICAÇÕES CONCRETAS DO PRINCÍPIO DA FINALIDADE | | 165 |
| 3.1. | APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO POR AUTORIDADES..... | 165 |
| 3.1.1. | Aplicação do princípio da finalidade pelo STF | 165 |
| 3.1.1.1. | Compartilhamento de dados entre IBGE e operadoras de telefonias..... | 166 |
| 3.1.1.2. | Compartilhamento de dados amparado no Decreto nº 10.046/2019..... | 168 |
| 3.1.1.3. | Compartilhamento de dados entre INEP e TCU | 170 |
| 3.1.1.4. | Conclusão preliminar | 171 |
| 3.1.2. | Aplicação do princípio da finalidade pela ANPD | 172 |
| 3.1.2.1. | Divulgação de microdados pelo INEP | 173 |
| 3.1.2.2. | Tratamento de dados de crianças e adolescentes no Tik- Tok | 175 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 3.1.2.3. | Tratamento de dados para treinamento de modelos de inteligência artificial generativa pela X Corp | 178 |
| 3.1.2.4. | Compartilhamento de dados por clubes de futebol com órgãos de segurança pública..... | 180 |
| 3.1.2.5. | Conclusão preliminar | 182 |
| 3.2. | APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO PARA FINS DE PESQUISA EM SAÚDE..... | 183 |
| 3.2.1. | Pesquisas na área da saúde | 183 |
| 3.2.1.1. | Padrões éticos e proteção de corpos físicos na realização de pesquisas..... | 183 |
| 3.2.1.2. | Mudanças de paradigmas de realização de pesquisas: de pesquisas baseadas no teste de hipóteses para pesquisas baseadas em análises de dados | 186 |
| 3.2.2. | Criação do Lago de Dados da Rede Nacional de Dados de Saúde | 186 |
| 3.2.3. | Parâmetros para a compatibilização entre a criação de um Lago de Dados da RNDS e o princípio da finalidade | 189 |
| 3.2.3.1. | Limitação da finalidade em Lago de Dados da RNDS: necessidade de definir os propósitos específicos do tratamento | 191 |
| 3.2.3.2. | Tratamento posterior e compatibilidade do tratamento em Lago de Dados da RNDS e integridade contextual: identificação da origem dos dados, expectativas dos titulares e inovação..... | 198 |
| 3.3. | APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO EM APLICATIVOS | 202 |
| 3.3.1. | Aplicativos de rastreamento de contatos | 202 |
| 3.3.1.1. | Mudanças à época da pandemia: aumento do uso de tecnologias e de dispositivos móveis para a saúde pública ... | 202 |
| 3.3.1.2. | Limitação da finalidade: tratamento limitado ao período da crise sanitária e identificação das funcionalidades do aplicativo | 204 |
| 3.3.1.3. | Tratamento posterior: vedação do tratamento para fins incompatíveis com a gestão da crise sanitária | 209 |
| 3.3.1.4. | Integridade contextual: análise sobre a adequação da solução ENS baseada em Bluetooth e maior aceitação individual em fornecer dados pessoais de saúde. | 210 |
| 3.3.2. | Aplicativos de saúde e bem-estar | 212 |
| 3.3.2.1. | Limitação da finalidade: identificação das funcionalidades do aplicativo..... | 212 |
| 3.3.2.2. | Tratamento posterior, compatibilidade do tratamento e integridade contextual: análise sobre a possibilidade de acesso às informações do aplicativo por empregador | 213 |

| | |
|----------------------------------|-----|
| CONCLUSÃO..... | 217 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 227 |